

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

**Informações financeiras
intermediárias em 30 de setembro
de 2020**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Aos
Administradores, conselheiros e acionistas do
TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.
Paranaguá - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras intermediárias de exercício e período anterior

O exame dos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e a revisão das informações financeiras intermediárias relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 23 de março de 2020 e 14 de novembro de 2019, respectivamente. Aqueles auditores submeteram os mesmos procedimentos de revisão sobre os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e, com base em sua revisão, emitiram relatório sem modificação.

Curitiba, 13 de novembro de 2020.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/09/2020	31/12/2019	Passivo	Notas	30/09/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	214.030	117.019	Fornecedores		12.188	28.434
Contas a receber de clientes	5	60.726	54.846	Empréstimos e financiamentos	12	159.224	261.873
Estoques		898	702	Debêntures	13	85.911	49.825
Impostos a recuperar	6	28.769	17.086	Contrato de concessão	14	53.587	53.587
Outros créditos	11	31.820	30.898	Impostos e contribuições a recolher	17	3.269	3.349
				Dividendos	19	88.278	99.481
		<u>336.243</u>	<u>220.551</u>	Mútuo com partes relacionadas	10	3.296	3.216
				Parcelamento dos impostos - REFIS	18	1.878	1.878
				Outras obrigações	16	29.608	22.728
						<u>437.239</u>	<u>524.371</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	15	5.140	5.143	Fornecedores		2.725	4.088
Impostos a recuperar	6	1.732	1.732	Empréstimos e financiamentos	12	178.600	238.150
Direito de uso		2.229	-	Debêntures	13	421.208	416.474
Contas a receber de clientes	5	5.634	5.634	Contrato de concessão	14	2.099.489	1.868.932
Imobilizado	8	1.269.317	1.296.910	Parcelamento dos impostos - REFIS	18	5.352	6.679
Intangível	9	1.764.530	1.801.697	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	13.525	8.669
				Impostos diferidos	7	42.883	56.168
		<u>3.048.582</u>	<u>3.111.116</u>			<u>2.763.782</u>	<u>2.599.160</u>
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		109.379	109.379
				Reservas de lucros		109.960	98.757
				Prejuízos acumulados		(35.535)	-
						<u>183.804</u>	<u>208.136</u>
		<u>3.384.825</u>	<u>3.331.667</u>			<u>3.384.825</u>	<u>3.331.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Período de nove meses		Período de três meses	
	Notas	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita líquida de vendas	22	558.834	501.345	193.193	175.179
Custo dos serviços prestados	23	<u>(261.537)</u>	<u>(235.158)</u>	<u>(87.335)</u>	<u>(79.023)</u>
Lucro bruto		<u>297.297</u>	<u>266.187</u>	<u>105.858</u>	<u>96.156</u>
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	23	(619)	(965)	(116)	(139)
Despesas gerais e administrativas	23	(44.178)	(43.485)	(13.952)	(14.986)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	<u>18.564</u>	<u>5.084</u>	<u>8.579</u>	<u>1.783</u>
		<u>(26.233)</u>	<u>(39.366)</u>	<u>(5.489)</u>	<u>(13.342)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>271.064</u>	<u>226.821</u>	<u>100.369</u>	<u>82.814</u>
Receitas financeiras	24	6.312	22.618	1.227	15.713
Despesas financeiras	24	<u>(331.757)</u>	<u>(177.806)</u>	<u>(209.754)</u>	<u>(34.259)</u>
Resultado financeiro	24	<u>(325.445)</u>	<u>(155.188)</u>	<u>(208.527)</u>	<u>(18.546)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(54.381)</u>	<u>71.633</u>	<u>(108.158)</u>	<u>64.268</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	5.561	(17.683)	-	(16.022)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	<u>13.285</u>	<u>(6.496)</u>	<u>36.773</u>	<u>(5.466)</u>
(Prejuízo) lucro líquido do período		<u>(35.535)</u>	<u>47.454</u>	<u>(71.385)</u>	<u>42.780</u>
(Prejuízo) lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$	21	<u>(4,38)</u>	<u>5,85</u>	<u>(8,79)</u>	<u>5,27</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Período de nove meses</u>		<u>Período de três meses</u>	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
(Prejuízo) lucro líquido do período	(35.535)	47.454	(71.385)	42.780
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(35.535)</u></u>	<u><u>47.454</u></u>	<u><u>(71.385)</u></u>	<u><u>42.780</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	109.379	10.281	126.269	-	245.929
Lucro líquido do período	-	-	-	47.454	47.454
Reversão de dividendos	-	-	14.520	-	14.520
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>109.379</u>	<u>10.281</u>	<u>140.789</u>	<u>47.454</u>	<u>307.903</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>109.379</u>	<u>12.639</u>	<u>86.118</u>	-	<u>208.136</u>
Prejuízo do período	-	-	-	(35.535)	(35.535)
Reversão de dividendos	-	-	11.203	-	11.203
Saldos em 30 de setembro de 2020	<u>109.379</u>	<u>12.639</u>	<u>97.321</u>	<u>(35.535)</u>	<u>183.804</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/09/2020	30/09/2019
(Prejuízo) lucro líquido do período	(35.535)	47.454
Ajustes de:		
Depreciações	51.083	29.846
Amortizações	50.157	56.648
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.478	15.606
Provisão juros sobre empréstimos	14.877	31.077
Provisão juros sobre mútuo	80	93
Provisão juros debêntures	36.086	40.190
Provisão juros arrendamento	89	222
Amortização custo de captação debêntures	4.734	5.575
Provisão juros contrato de concessão	273.471	75.113
Provisão para perda por redução ao valor recuperável - contas a receber	527	220
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.856	759
Recuperação de créditos tributários	(11.037)	-
Imposto de renda diferido	(13.285)	6.496
	<u>377.581</u>	<u>309.299</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(6.407)	(9.565)
Estoques	(196)	(35)
Outros créditos	(896)	5.690
Outros ativos circulantes e não circulantes	(669)	477
Fornecedores	(19.757)	(24.563)
Impostos e contribuições a recolher	923	13.997
Outros passivos circulantes e não circulantes	5.553	5.368
Contingências pagas	-	(4.653)
	<u>356.132</u>	<u>296.015</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>356.132</u>	<u>296.015</u>
Impostos sobre o lucro pagos	(1.003)	(16.365)
	<u>355.129</u>	<u>279.650</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>355.129</u>	<u>279.650</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de intangível	(11.955)	(9.666)
Adições de imobilizado	(26.084)	(155.037)
Valor proveniente da venda de imobilizado	-	1.400
Recebimento de mútuos	-	1.998
	<u>(38.039)</u>	<u>(161.305)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(38.039)</u>	<u>(161.305)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	97.133	-
Pagamentos de empréstimos (principal)	(247.500)	(150.017)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos	(22.269)	(38.154)
Pagamentos de arrendamento	(4.529)	(4.296)
Pagamentos contrato de concessão	(42.914)	(36.322)
Captação de mútuos	-	3.100
	<u>(220.079)</u>	<u>(225.689)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	<u>(220.079)</u>	<u>(225.689)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>97.011</u>	<u>(107.344)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	117.019	252.038
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>214.030</u>	<u>144.694</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>97.011</u>	<u>(107.344)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/09/2020	30/09/2019
Demonstrações do valor adicionado		
Receitas (1)	<u>603.696</u>	<u>542.097</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	455.509	406.526
Outras receitas	157.502	135.791
Comissões e descontos	(8.788)	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(527)	(220)
Insumos adquiridos de terceiros (2)	<u>(116.239)</u>	<u>(119.276)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(49.026)	(51.741)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(67.213)	(67.535)
Outras	-	-
Valor adicionado bruto (3) = (1) + (2)	<u>487.457</u>	<u>422.821</u>
Depreciação e amortização (4)	<u>(101.240)</u>	<u>(86.494)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (5) = (3) + (4)	<u>386.217</u>	<u>336.327</u>
Valor adicionado recebido em transferências (6)	<u>24.874</u>	<u>27.702</u>
Receitas financeiras	6.312	22.617
Outras	18.562	5.085
Valor adicionado total a distribuir (7) = (5) + (6)	<u>411.091</u>	<u>364.029</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>411.091</u>	<u>364.029</u>
Pessoal	<u>88.300</u>	<u>73.553</u>
Remuneração direta	63.820	54.319
Benefícios	21.265	16.583
F.G.T.S.	3.215	2.651
Impostos, taxas e contribuições	<u>26.570</u>	<u>65.216</u>
Federais	20.218	41.250
Impostos diferidos	(13.285)	6.496
Estaduais	27	65
Municipais	19.610	17.405
Remuneração de capitais de terceiros	<u>331.756</u>	<u>143.547</u>
Juros e custo das debêntures	328.409	164.923
Variações cambiais	62	400
Outras	3.285	12.483
Remuneração de capitais próprios	<u>(35.535)</u>	<u>47.454</u>
(Prejuízo) lucros retidos do período	(35.535)	47.454

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a "Companhia" ou "TCP") está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de concessão do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e exercício findo em 2019.

Em 23 de fevereiro de 2018, após a satisfação de todas as condições precedentes em contrato, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovaram a aquisição de 90% da TCP Participações S.A. (que detém 100% da Companhia) pela Kong Rise Development Limited que passou nesta data a ser a controladora da Companhia.

A Companhia analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e está apta a cumprir todas as obrigações no período findo em 30 de setembro de 2020.

2 Base de preparação

As informações financeiras intermediárias estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011 e demais normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. A preparação destas informações intermediárias envolve julgamento pela Administração da Companhia acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As informações financeiras intermediárias para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 12 de novembro de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras intermediárias.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 são consistentes com as práticas descritas na Nota 2 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que, conseqüentemente, devem ser lidas em conjunto.

A Companhia analisa periodicamente a capacidade de fluxo de caixa frente às obrigações vigentes e está apta a cumprir todas as obrigações no período findo em 30 de setembro de 2020.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	2.566	3.912
Aplicações financeiras		
Banco Santander	68.924	39.160
Banco Itau	67.309	42.912
Banco Bradesco	7.905	5.020
Banco Paraná	11.010	10.087
Caixa Econômica Federal	5.983	5.870
Bank of China	25.037	-
Banco ICBC	10.021	
Banco CCB	15.275	10.058
	<u>214.030</u>	<u>117.019</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário e compromissadas de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 90,10% a 106% em 30 de setembro de 2020 (90 a 101% em 31 de dezembro de 2019) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

5 Contas a receber de clientes

	30/09/2020	31/12/2019
Clientes	52.474	45.878
Serviços prestados e não faturados	15.219	15.407
Outros	50	51
(-) Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(1.383)	(856)
	66.360	60.480
Parcela no circulante	60.726	54.846
Parcela no não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 30 de setembro de 2020 os 5 principais clientes representam em torno de 45% (45% em 31 de dezembro de 2019) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	51.851	44.786
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	4.358	5.534
De 31 a 90 dias	1.009	2.114
De 91 a 180 dias	1.351	651
Acima de 180 dias	9.174	8.251
Total	67.743	61.336

Os valores apresentados na provisão representam o valor imparcial da probabilidade avaliada pela Companhia de que seus recebíveis, considerando um intervalo de resultados possíveis e as informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

Em 30 de setembro de 2020 a provisão para perda por redução ao valor recuperável totalizava R\$ 1.383 (R\$ 856 em 31 de dezembro de 2019).

A movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável está demonstrada a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período / exercício	(856)	(448)
Constituição de provisão	(706)	(523)
Reversão de provisão	179	115
Saldo no final do período / exercício	(1.383)	(856)

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante totalizam R\$ 5.634 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2019) e estão em fase de cobrança judicial.

6 Impostos a recuperar

	30/09/2020	31/12/2019
Provisão IR sobre aplicações	1.081	995
INSS a recuperar	904	904
ISS a recuperar	1.732	1.732
Pis a compensar	3.654	2.697
Cofins a compensar	16.797	12.424
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	6.265	-
Outros impostos a recuperar	68	66
	<u>30.501</u>	<u>18.818</u>
Parcela no circulante	28.769	17.086
Parcela no não circulante	1.732	1.732

(i) Referem-se à créditos tributários recuperados no primeiro trimestre de 2020.

7 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre a base de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio, diferenças entre as taxas de depreciação para fins contábeis e tributários, juros capitalizados sobre as obras em andamento e custo de captação dos empréstimos. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.525	8.669
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	1.383	856
Outras diferenças temporárias	3.300	524
Prejuízo fiscal	149.639	-
	<u>167.847</u>	<u>10.049</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
“Total imposto diferido ativo	<u>57.068</u>	<u>3.417</u>
Amortização do ágio	(137.425)	(141.103)
Juros capitalizados	(31.914)	(33.399)
Diferença taxa depreciação contábil X fiscal	(124.161)	-
Custo de captação de empréstimo	(475)	(748)
	<u>(293.975)</u>	<u>(175.250)</u>

	30/09/2020	31/12/2019
Alíquota	34%	34%
Total imposto diferido passivo	(99.951)	(59.585)
Total líquido	(42.883)	(56.168)

b. Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva

<i>Período de nove meses</i>	30/09/2020		30/09/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(54.381)	(54.381)	71.633	71.633
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	13.595	4.894	(17.908)	(6.447)
Adições permanentes	(72)	(27)	(137)	(13)
Outros	66	378	317	-
Diferença de alíquota	12	-	9	-
Total de tributos lançados ao resultado	13.601	5.245	(17.719)	(6.460)
Alíquota efetiva	25%	10%	25%	9%
Tributos correntes	3.833	1.728	(12.942)	(4.741)
Tributos diferidos	9.768	3.517	(4.777)	(1.719)
 <i>Período de três meses</i>	30/09/2020		30/09/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	(108.158)	(108.158)	64.268	64.268
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	27.040	9.734	(16.066)	(5.784)
Adições permanentes	-	-	(22)	29
Outros	-	-	352	-
Diferença de alíquota	-	-	3	-
Total de tributos lançados ao resultado	27.040	9.734	(15.733)	(5.755)
Alíquota efetiva	24%	9%	26%	9%
Tributos correntes	-	-	(11.713)	(4.309)
Tributos diferidos	(27.040)	(9.733)	(4.020)	(1.446)

8 Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado durante o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram como segue:

Vida útil	25 anos	5 a 15 anos	10 anos	5 anos	5 a 10 anos	5 a 15 anos			
	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento processamento de dados	Veículos	Outros	Direito de uso	Imobilizado em andamento	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2018	517.199	335.807	4.758	21.313	3.940	18.716	-	558.785	1.460.518
Aquisições	11.566	27.884	174	4.085	-	22.172	9.568	163.681	239.130
Baixas	(15)	(4.089)	-	-	(2.389)	(19.500)	(803)	-	(26.796)
Transferências	659.096	50.353	-	6.186	-	-	-	(715.635)	-
Saldo em 31/12/2019	<u>1.187.846</u>	<u>409.955</u>	<u>4.932</u>	<u>31.584</u>	<u>1.551</u>	<u>21.388</u>	<u>8.765</u>	<u>6.831</u>	<u>1.672.852</u>
Aquisições	9.544	8.598	171	1.242	-	-	2.558	5.084	27.197
Baixas	(264)	(2.603)	-	-	(522)	(130)	(4.893)	(14)	(8.426)
Transferências	(20)	1.321	-	-	-	-	-	(1.301)	-
Saldo em 30/09/2020	<u>1.197.106</u>	<u>417.271</u>	<u>5.103</u>	<u>32.826</u>	<u>1.029</u>	<u>21.258</u>	<u>6.430</u>	<u>10.600</u>	<u>1.691.623</u>
Depreciação									
Saldo em 31/12/2018	(143.702)	(173.891)	(2.711)	(12.914)	(2.359)	(24)	-	-	(335.601)
Depreciação	(15.913)	(19.489)	(361)	(3.639)	(315)	(3)	(4.481)	-	(44.201)
Baixas	2	2.231	-	-	1.383	-	244	-	3.860
Saldo em 31/12/2019	<u>(159.613)</u>	<u>(191.149)</u>	<u>(3.072)</u>	<u>(16.553)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.237)</u>	<u>-</u>	<u>(375.942)</u>
Depreciação	(25.134)	(17.364)	(275)	(3.438)	(16)	-	(4.856)	-	(51.083)
Baixas	229	1.532	-	-	294	-	4.893	-	6.948
Saldo em 30/09/2020	<u>(184.518)</u>	<u>(206.981)</u>	<u>(3.347)</u>	<u>(19.991)</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(27)</u>	<u>(4.200)</u>	<u>-</u>	<u>(420.077)</u>
Saldo em 30/09/2020	<u>1.012.588</u>	<u>210.290</u>	<u>1.756</u>	<u>12.835</u>	<u>16</u>	<u>21.231</u>	<u>2.230</u>	<u>10.600</u>	<u>1.271.546</u>
Saldo em 31/12/2019	<u>1.028.233</u>	<u>218.806</u>	<u>1.860</u>	<u>15.031</u>	<u>260</u>	<u>21.361</u>	<u>4.528</u>	<u>6.831</u>	<u>1.296.910</u>

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

	Taxa média anual - %
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

9 Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
Custo	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhamentos	Contrato concessão	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	103.915	5.987	2.112.411	159.503	2.381.816
Aquisições	15.462	40	-	-	15.502
Saldo em 31/12/2019	119.377	6.027	2.112.411	159.503	2.397.318
Aquisições	12.990	-	-	-	12.990
Saldo em 30/09/2020	132.367	6.027	2.112.411	159.503	2.410.308
Amortização					
Saldo em 31/12/2018	(51.143)	(2.843)	(454.763)	(13.497)	(522.246)
Amortização	(19.345)	(217)	(48.905)	(4.908)	(73.375)
Saldo em 31/12/2019	(70.488)	(3.060)	(503.668)	(18.405)	(595.621)
Amortização	(15.512)	(165)	(30.800)	(3.680)	(50.157)
Saldo em 30/09/2020	(86.000)	(3.225)	(534.468)	(22.085)	(645.778)
Saldo em 30/09/2020	46.367	2.802	1.577.943	137.418	1.764.530
Saldo em 31/12/2019	48.889	2.967	1.608.743	141.098	1.801.697

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o ágio), quando aplicável são amortizados com base no prazo da concessão.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. No período apresentado e no exercício anterior, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

10 Partes relacionadas

	Passivo mútuo	
	30/09/2020	31/12/2019
TCP Participações (a)	3.296	3.216
	3.296	3.216

- (a) Em abril de 2019 a Companhia efetuou contrato de mútuo com a sua Controladora TCP Participações S.A. no valor de R\$ 3.100. Sobre os valores do mútuo incide a taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de *spread* de 1% ao ano.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$ 2.780 (R\$ 2.705 em 30 de setembro de 2019). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos Administradores da Companhia.

11 Outros créditos

	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos fornecedores	3.153	4.025
Adiantamento despesas – reembolso antigos acionistas (i)	14.215	11.856
Crédito a receber por quebra de condicionantes	1.922	2.342
Seguros	11.121	11.650
Outros créditos	1.409	1.025
	31.820	30.898

- (i) Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas. No período findo em 30 de setembro de 2020 foram recebidos R\$ 9.315 (R\$ 9.643 em 31 de dezembro de 2019).

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	30/09/2020	31/12/2019
Nota de Crédito à Exportação	CDI + 1,15% a 2,10%	335.603	495.495
Arrendamento	9,87%	2.221	4.528
		337.824	500.023
Parcela no circulante		159.224	261.873
Parcela no não circulante		178.600	238.150

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2022	59.533
2023	59.533
2024	<u>59.534</u>
Total	<u>178.600</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo inicial	500.023	648.437
Captação empréstimos	97.133	9.568
Pagamentos de empréstimos (principal)	(247.500)	(150.118)
Provisão juros sobre empréstimos	14.877	39.937
Provisão juros arrendamento	89	284
(-) Pagamentos de arrendamento (principal)	(4.529)	(5.324)
(-) Pagamentos de juros sobre empréstimos e arrendamentos (i)	<u>(22.269)</u>	<u>(42.761)</u>
Saldo final	337.824	500.023

- (i) A Companhia optou em apresentar os juros pagos como atividades de financiamento nas demonstrações do fluxo de caixa.

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos (exceto os mencionados abaixo) são mensurados anualmente e demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 2.
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.

Pagamento de dividendos ou JSCP não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024.

Em 27 de março de 2020 a Companhia captou junto ao BNP Paribas um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,90% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal no ano de 2021.

Em 30 de março de 2020 a Companhia captou junto ao ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 2,10% a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal no ano de 2021.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício anterior, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de covenants, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos

13 Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 1 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração será em 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	30/09/2020	31/12/2019
Debêntures 1ª série	CDI + 3,40%	16,16% a.a.	100.000	100.000
Custo captação			(2.657)	(2.657)
Juros e custos apropriados			22.101	22.101
Juros pagos			(19.444)	(19.444)
Amortização			(100.000)	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI + 3,90%	15,74% a.a.	60.095	60.095
Custo captação			(1.800)	(1.800)
Juros e custos apropriados			13.950	13.950
Juros pagos			(12.150)	(12.150)
Amortização			(60.095)	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA + 7,82%	14,66% a.a.	428.047	428.047
Custo captação			(37.876)	(37.876)
Juros e custos apropriados			221.129	180.309
Juros pagos			(104.181)	(104.181)
Total captado			588.142	588.142
Total custo de captação			(42.333)	(42.333)
Total líquido captado			<u>545.809</u>	<u>545.809</u>
Total juros e custos apropriados			257.180	216.360
Juros pagos			(135.775)	(135.775)
Amortização			<u>(160.095)</u>	<u>(160.095)</u>
Saldo líquido atual			<u>507.119</u>	<u>466.299</u>
Parcela no circulante			85.911	49.825
Parcela no não circulante			421.208	416.474

Em 17 de maio de 2018 a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo total das debêntures da 1ª série com vencimento original para 15 de outubro de 2019, valor pago de R\$ 101.829 e 2ª série com vencimento originais para 15 de outubro de 2020 e 15 de outubro de 2021, valor pago de R\$ 62.069 da 1ª emissão de debêntures da emissora, conforme comunicado oficial emitido no dia 17 de abril de 2018.

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2021	135.529
2022	<u>285.679</u>
Total	<u>421.208</u>

Os covenants vinculados as debêntures, medidos com periodicidade trimestral com base nas informações financeiras intermediárias arquivadas na CVM, estão demonstrados a seguir:

- **Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$ 50.000.
 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:
- (i) Igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;

- (ii) Igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:
 - (i) Igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 30 de junho de 2018; ou
 - (ii) Igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 30 de setembro de 2019, inclusive.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

A movimentação das debêntures está apresentada abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	466.299	442.236
Provisão juros debêntures	36.086	54.580
Pagamento de juros debêntures	-	(36.830)
Amortização custo de captação debêntures	4.734	6.313
Saldo ao final do período	507.119	466.299

14 Contrato de concessão

a. Registro da obrigação

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de concessão de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas de movimentação de contêineres (TEUS).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassem os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

Os bens que integram o Contrato, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m² de retroárea, totalizando 487 mil m² e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 3 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao Contrato que prorrogou o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 31 de dezembro de 2018 para 24 de novembro de 2019. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

A Companhia entende, com base nos estudos dos responsáveis técnicos contratados para execução e supervisão das obras, que o novo prazo acordado no 11º Aditivo ao Contrato para realização da ampliação do Terminal, é suficiente para sua conclusão dentro do prazo estabelecido e sem risco de descumprir as cláusulas e termos do Contrato e seus Aditivos.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

De acordo com o Termo de Aceitação Definitiva da Obra de Expansão, emitido em 7 de agosto de 2019 a obra foi concluída antecipadamente fazendo jus a bonificação conforme Cláusula 20ª do Contrato.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	30/09/2020	31/12/2019
Parcelas fixas	432.294	443.771
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	<u>1.720.782</u>	<u>1.478.748</u>
Total	<u>2.153.076</u>	<u>1.922.519</u>
Parcela no circulante	53.587	53.587
Parcela no não circulante	2.099.489	1.868.932

A movimentação da obrigação da concessão está apresentada abaixo:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	1.922.519	1.839.730
Pagamentos contrato de concessão	(42.914)	(49.749)
Provisão juros contrato de concessão	<u>273.471</u>	<u>132.538</u>
Saldo ao final do período	2.153.076	1.922.519

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2021	13.397
2022	53.587
2023	53.587
2024	54.962
2025	54.962
2026 a 2030	322.119
2031 a 2035	353.453
2036 a 2040	423.549
2041 a 2045	482.337
2046 a 2048	<u>287.536</u>
Total	<u>2.099.489</u>

b. Intangível

Em 30 de setembro de 2020, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R\$ 1.577.943, sendo R\$ 2.112.411 de principal e R\$ 534.468 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o período findo em 30 de setembro de 2020, foi de R\$ 30.800 (R\$ 38.434 em 30 de setembro de 2019), e encontra-se registrada sob a rubrica de custos e serviços prestados, nas demonstrações dos resultados dos períodos.

15 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2019	Adições	Baixas	30/09/2020
Tributários	1.824	1	-	1.825
Trabalhistas	6.839	4.877	(96)	11.620
Cíveis	<u>6</u>	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>80</u>
	<u>8.669</u>	<u>4.952</u>	<u>(96)</u>	<u>13.525</u>
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Tributários	5.819	658	(4.653)	1.824
Trabalhistas	5.100	1.013	(912)	5.201
Cíveis	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
	<u>10.925</u>	<u>1.671</u>	<u>(5.565)</u>	<u>7.031</u>

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 161.540 (R\$ 157.879 em 31 de dezembro de 2019), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	30/09/2020	31/12/2019
Tributárias	137.521	131.878
Trabalhistas	14.652	17.159
Cíveis	8.044	7.536
Outras	<u>1.323</u>	<u>1.306</u>
	<u>161.540</u>	<u>157.879</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Concessão (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Concessão possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	31/12/2019	Adições	Baixas	30/09/2020
Trabalhista	3.542	90	(93)	3.539
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	5.143	90	(93)	5.140
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Trabalhista	2.999	1.373	(1.165)	3.207
Cível e Tributário	1.601	-	-	1.601
	4.600	1.373	(1.165)	4.808

16 Outras obrigações

	30/09/2020	31/12/2019
Adiantamentos de clientes	1.956	2.247
Provisão de bônus	7.169	7.495
Salários a pagar	3.472	3.112
Provisão de férias e 13º	11.225	5.818
Outras obrigações trabalhistas	5.729	4.016
Outras obrigações	57	40
	29.608	22.728

17 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2020	31/12/2019
Contribuição social	-	385
Imposto de renda	-	618
ISS	2.426	2.060
PIS e COFINS	-	24
Outros impostos a recolher	843	262
	3.269	3.349

18 Parcelamento dos impostos – REFIS

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	31/12/2019	Atualização monetária	Amortizações	30/09/2020
REFIS	8.557	1.204	(2.531)	7.230

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Saldo
2021	364
2022	1.676
2023	1.678
2024	1.634
Total	5.352

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social autorizado é de R\$ 109.379, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 47.168, o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 11.202. Em 24 de julho de 2020 a Companhia realizou AGO onde os acionistas deliberaram que o lucro do exercício será integralmente retido gerando com isso a reversão de dividendos a pagar.

20 Instrumentos financeiros e riscos de mercado

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	30/09/2020			31/12/2019		
	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)	Valor contábil	Valor justo (Nível 1)	Valor justo (Nível 2)
Ativos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	214.030	214.030	-	117.019	117.019	-
Contas a receber de clientes	66.360	-	66.360	60.480	-	60.480
	280.390	214.030	66.360	177.499	117.019	60.480
Passivos financeiros						
<i>Classificados ao custo amortizado</i>						
Fornecedores	(14.913)	-	(14.913)	(32.522)	-	(32.522)
Empréstimos e financiamentos	(337.824)	-	(337.824)	(500.023)	-	(500.023)
Debêntures	(507.119)	-	(507.119)	(466.299)	-	(466.299)
Contrato de concessão	(2.153.076)	-	(2.153.076)	(1.922.519)	-	(1.922.519)
Dividendos	(88.278)	-	(88.278)	(99.481)	-	(99.481)
Mútuo com partes relacionadas	(3.296)	-	(3.296)	(3.216)	-	(3.216)
	(3.104.506)	-	(3.104.506)	(3.024.060)	-	(3.024.060)

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado (veja (c));
- Risco de crédito (veja (d));
- Risco regulatório (veja (e)); e
- Risco de liquidez (veja (f)).

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de setembro de 2020 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente

Fator de risco	Risco	Saldo 30/09/2020	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
			Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
Ativos						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	211.464	(1.760)	1.760	(3.521)	3.521
Passivo						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	335.603	2.794	(2.794)	5.588	(5.588)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	507.119	3.803	(3.803)	7.607	(7.607)
Posição líquida/ Impacto líquido		631.258	4.837	(4.837)	9.674	(9.674)
Taxas de CDI utilizada - %		3,33%	2,50%	4,16%	1,67%	5,00%
Taxas de IPCA utilizada - %		3,00%	2,25%	3,75%	1,50%	4,50%

Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 são como segue. O valor técnico se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	30/09/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	214.030	117.019
Contas a receber de clientes (nota 5)	66.360	60.480
	<u>280.390</u>	<u>177.499</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	14.913	32.522
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	337.824	500.023
Debêntures (nota 13)	507.119	466.299
Contrato de concessão (Nota 14)	2.153.076	1.922.519
	<u>3.012.932</u>	<u>2.921.363</u>

d. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 30 de setembro de 2020 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

e. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

f. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 30 de setembro de 2020					
Contrato de concessão (nota 14)	53.587	66.984	163.511	1.868.994	2.153.076
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	159.224	59.533	119.067	-	337.824
Debêntures (nota 13)	85.911	421.208	-	-	507.119
Fornecedores	12.188	1.363	1.362	-	14.913
Em 31 de dezembro de 2019					
Contrato de concessão (nota 14)	53.587	104.019	156.227	1.608.686	1.922.519
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	261.873	118.150	120.000	-	500.023
Debêntures (nota 13)	49.825	130.795	285.679	-	466.299
Fornecedores	28.434	2.725	1.363	-	32.522

g. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	337.824	500.023
Debêntures (nota 12)	507.119	466.299
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<u>(214.030)</u>	<u>(117.019)</u>
Dívida líquida	<u>630.913</u>	<u>849.303</u>
Patrimônio líquido (nota 18)	<u>183.804</u>	<u>208.136</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>814.717</u>	<u>1.057.439</u>
Quociente de alavancagem	77%	80%

21 (Prejuízo) lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Em 30 de setembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Período de nove meses	30/09/2020	30/09/2019
(Prejuízo) lucro líquido do período	(35.535)	47.454
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(4,38)</u>	<u>5,85</u>
Período de três meses	30/09/2020	30/09/2019
(Prejuízo) lucro líquido do período	(71.385)	42.780
Média ponderada das ações	<u>8.116.936</u>	<u>8.116.936</u>
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>(8,79)</u>	<u>5,27</u>

22 Receita líquida de vendas

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para o período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

Período de nove meses	30/09/2020	30/09/2019
Operações de cais	320.849	288.257
Armazenagem	134.792	118.627
Outros	<u>157.502</u>	<u>135.776</u>
Total da receita bruta	<u>613.143</u>	<u>542.660</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(25.779)	(23.567)
Impostos municipais	(19.610)	(17.405)
Descontos	(8.788)	-
Cancelamento de serviços prestados	<u>(132)</u>	<u>(343)</u>
Total das deduções	<u>(54.309)</u>	<u>(41.315)</u>
Receita líquida de vendas	<u>558.834</u>	<u>501.345</u>

Período de três meses	30/09/2020	30/09/2019
Operações de cais	112.246	103.823
Armazenagem	45.606	39.746
Outros	52.805	45.904
Total da receita bruta	<u>210.657</u>	<u>189.473</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(9.179)	(7.936)
Impostos municipais	(6.745)	(6.263)
Descontos	(1.540)	-
Cancelamento de serviços prestados	-	(95)
Total das deduções	<u>(17.464)</u>	<u>(14.294)</u>
Receita líquida de vendas	<u>193.193</u>	<u>175.179</u>

23 Custos e despesas operacionais por natureza

Período de nove meses	30/09/2020	30/09/2019
Custos dos serviços prestados	(261.537)	(235.158)
Despesas com vendas	(619)	(965)
Despesas administrativas	(44.178)	(43.485)
Total dos custos e despesas	<u>(306.334)</u>	<u>(279.608)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais	(49.053)	(51.806)
Despesas gerais	(22.080)	(23.826)
Amortizações e depreciações	(101.240)	(86.494)
Despesas com pessoal	(88.300)	(73.553)
Despesas com combustível	(8.892)	(9.812)
Despesas com manutenção	(15.957)	(14.447)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(527)	(220)
Energia elétrica	(20.285)	(19.450)
Total dos custos e despesas	<u>(306.334)</u>	<u>(279.608)</u>
Período de três meses	30/09/2020	30/09/2019
Custos dos serviços prestados	(87.335)	(79.023)
Despesas com vendas	(116)	(139)
Despesas administrativas	(13.952)	(14.986)
Total dos custos e despesas	<u>(101.403)</u>	<u>(94.148)</u>
Despesas por natureza:		
Custos operacionais	(16.939)	(17.858)
Despesas gerais	(6.305)	(8.122)
Amortizações e depreciações	(33.754)	(27.136)
Despesas com pessoal	(30.511)	(26.014)
Despesas com combustível	(3.088)	(3.885)
Despesas com manutenção	(4.559)	(5.097)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável – contas a receber	(77)	69
Energia elétrica	(6.170)	(6.105)
Total dos custos e despesas	<u>(101.403)</u>	<u>(94.148)</u>

24 Resultado financeiro

Período de nove meses	30/09/2020	30/09/2019
Despesas financeiras		
Variação monetária contrato da concessão	(273.052)	(87.766)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(653)	(9.721)
Juros s/empréstimos	(14.184)	(31.077)
Juros s/ debêntures	(36.086)	(40.190)
Juros s/ mútuo	(97)	(93)
Variação cambial / monetária	(62)	(400)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(155)	(431)
Custo das debêntures e juros	(5.427)	(5.575)
Juros leasing – direito de uso	(255)	(222)
Outras	(1.786)	(2.331)
Total	<u>(331.757)</u>	<u>(177.806)</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	3.016	5.989
Atualização monetária de créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	1.916	-
Juros recebidos	43	77
Variação monetária contrato da concessão	769	12.889
Variação cambial	309	464
Juros s/mútuo	-	27
Juros ativos	-	2.942
Outras	259	230
Total	<u>6.312</u>	<u>22.618</u>
Resultado financeiro	<u>(325.445)</u>	<u>(155.188)</u>
Período de três meses		
Despesas financeiras		
Variação monetária contrato da concessão	(188.730)	(7.568)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(187)	(2.591)
Juros s/empréstimos	(3.463)	(9.565)
Juros s/ debêntures	(14.764)	(11.557)
Juros s/ mútuo	(24)	(93)
Variação cambial / monetária	(55)	(261)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(49)	(110)
Custo das debêntures e juros	(1.770)	(1.859)
Juros leasing – direito de uso	(84)	(38)
Outras	(628)	(617)
Total	<u>(209.754)</u>	<u>(34.259)</u>
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	995	1.825
Atualização Monetária de Créditos tributários (imposto de renda e contribuição social)	309	-
Juros recebidos	13	19
Variação monetária contrato da concessão	-	12.889
Variação cambial	(117)	459
Juros ativos	-	301
Juros Mútuo	-	27
Outras	27	193
Total	<u>1.227</u>	<u>15.713</u>
Resultado financeiro	<u>(208.527)</u>	<u>(18.546)</u>

25 Outras receitas operacionais, líquidas

Período de nove meses	30/09/2020	30/09/2019
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	27.901	7.975
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.856)	(550)
Crédito Pis-Cofins	521	0
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(141)	(1.238)
Baixa de ativo imobilizado	(1.096)	(1.285)
Outras	235	182
Acordo trabalhista OGMO (1)	(4.000)	-
	<hr/>	<hr/>
	18.564	5.084
	<hr/>	<hr/>
Período de três meses	30/09/2020	30/09/2019
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	9.245	3.390
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.030)	(91)
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(40)	(757)
Baixa de ativo imobilizado	309	(490)
Outras	95	(269)
	<hr/>	<hr/>
	8.579	1.783
	<hr/>	<hr/>

(1) Refere-se a cobrança referente ao rateio parcial de processos findados e despesas jurídicas, adequados aos conceitos aprovados pelos representantes do OGMO/Paranaguá e TCP, após as reuniões realizadas, inclusive nos termos da AGE Extraordinária Conjunta OGMO e Sindop iniciada em 07/03/2013 e concluída em 13/08/2013, Ata de AGE conjunta Sindop e OGMO, realizada em 22/08/2013, e conforme acordado em AGE realizada em 27/03/2018.

26 Seguros

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$ 25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

Objeto da apólice

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$ 22.600 para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 210.000, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

27 Transações que não envolveram caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) item 44 - Demonstrações dos fluxos de caixa (IAS 7).

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- Aquisição de ativos intangíveis à prazo no montante de R\$ 1.035 (R\$ 382 em 30 de setembro de 2019);
- Aquisição de ativos imobilizados à prazo no montante de R\$ 1.113 (R\$ 8.293 em 30 de setembro de 2019);
- Reconhecimento de créditos tributário, líquidos no montante de R\$ 11.037 (R\$ 0 em 30 de setembro de 2019) com contrapartida no resultado; e
- Reconhecimento da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos nos primeiros nove meses de 2019 no montante de R\$ 4.160

28 Impactos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, e a atual capacidade de geração de caixa, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 não será impactada significativamente.

A Companhia registrou mudanças no mix de cargas nos primeiros nove meses de 2020, com relação direta aos impactos do Coronavírus na economia global e nacional, com aumento da taxa cambial vemos uma demanda crescente de cargas de exportação e devido as reduções de consumo no mercado interno notamos queda nas operações de importação. Por outro lado, a Companhia registrou recorde de volume no mês de agosto 2020, enfrentando de forma positiva os efeitos macro econômicos, amparada pelas operações logísticas fornecidas aos clientes com foco em reduções de custo da cadeia logística.

O volume de contêineres cheios movimentado pela Companhia apresentou queda de 3,2% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior e aumento de 1,5% quando comparado ao acumulado do ano, crescimento acima do mercado.

Incluindo a movimentação de contêineres vazios, transbordos e remoções, o volume total movimentado cresceu 6,3% quando comparado ao 3T19.

Além disso a Companhia enfrenta desafios operacionais decorrentes de limitações de mão de obra em função de afastamento de colaboradores, acarretando custos extras. A Companhia atua de forma resiliente durante o momento de crise, porém não medindo esforços no que se diz a

respeito da garantia de saúde e bem estar dos colaboradores, atendendo a todas as medidas sanitárias previstas e não previstas pela legislação pertinente.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.